

Política entra o pacote fiscal

Problemas políticos estão surgindo no caminho do pacote fiscal que o presidente José Sarney encaminhará ao Congresso na próxima terça-feira, segundo a previsão do ministro da Fazenda, Dilson Funaro. A principal pressão feita pelos empresários é política. Eles estão utilizando o prefeito eleito de São Paulo como canal junto ao presidente da República para evitar o aumento de impostos sobre as empresas. Argumento utilizado pelos empresários, principalmente os paulistas: foram eles que financiaram a candidatura de Jânio. A vitória do ex-presidente tirou dos ombros do presidente o peso excessivo do PMDB. Porque, então, contra — argumentam os empresários, taxar o capital se ele favoreceu politicamente a estratégia política paulista.

Esse argumento está sendo o principal obstáculo levantado pelo partido da Frente Liberal contra o pacote econômico. Mas o Planalto está encontrando dificuldades de convencer a liderança do PMDB que está insegura quanto à repercussão do pacote fiscal entre os partidos que cresceram nas últimas eleições, notadamente o PT e o PDT que ameaçam se unir para exigir antecipação das eleições presidenciais. O Partido dos Trabalhadores está já argumentando que todo aumento do imposto sobre o capital sobra para os trabalhadores. O capital pode realizar o fenômeno da repercussão. Transfere para os preços o ônus do tributo. Os trabalhadores não podem, por possuirem renda fixa, o salário, repercutir o aumento dos preços, transferindo-os, sem sofrerem as suas consequências.

A previsão do ministério da Fazenda é de que haverá uma arrecadação entre Cr\$ 40 trilhões a Cr\$ 50 trilhões no próximo ano. Com esse recurso, o presidente pretende financiar o programa social da Nova República que deverá consumir Cr\$ 30 trilhões, aproximadamente. Mas já há dúvidas entre os técnicos da Receita Federal de que dificilmente será possível arrecadar Cr\$ 40 trilhões e

olhe lá, se o Congresso promover modificações significativas na proposta oficial.

Mas, a esperança do ministro Funaro é de que o Congresso se sensibilize com a proposta de redução do imposto de renda na fonte para os que ganham de um a cinco salários mínimos. Essa faixa de renda engloba praticamente 90 por cento dos assalariados no País. A proposta da Fazenda é de reduzir a alíquota em 25 por cento. Haverá, consequentemente, aumento da demanda interna e evitaria que o Governo aumente o déficit do setor público com a obrigação de devolver o imposto cobrado a mais corrigido monetariamente.

As demais faixas de salários (veja quadro) serão divididas sob critérios segundo os quais deverão promover uma justiça tributária no País. Mas, o Governo deverá enfrentar oposição também nesse sentido porque os conservadores do Congresso contra-argumentarão que a redução da carga fiscal comprometerá ainda mais o déficit público e dificultará, consequentemente, o controle da inflação que prejudica, em última instância, o assalariado com mais força.

As previsões para o déficit operacional do setor público variam de semana a semana. Inicialmente estava prevista a eliminação do déficit. Posteriormente passou a uma previsão otimista de que seria possível obter um superávit operacional de até 2 por cento, mas nos últimos dias a previsão tornou-se inversa e já se fala em um déficit operacional de 1,5 por cento e que pode chegar, inclusive, a 2 por cento. Enfim não será possível atender as reivindicações de um superávit operacional de 5 por cento, exigência essa que ficou reduzida posteriormente a eliminação do déficit. O Governo prometeu, mas as últimas estimativas dão conta de que nem isso deverá acontecer. Mas, o ministro, durante a semana, ressaltou que não está preocupado com o FMI. Entretanto, na quinta-feira decidiu viajar aos Estados Unidos, a pedido do secretário do Tesouro

dos Estados Unidos, James Baker, para estudar a viabilidade da aplicação no Brasil do Plano Baker que prevê saneamento drástico dos países devedores com empréstimos externos.

O Plano Baker, que prevê empréstimos de 29 bilhões de dólares — 20 bilhões dos bancos particulares e 9 bilhões do Banco Mundial — impõe reajuste ortodoxo aos países devedores e não é bem visto pela assessoria econômica do ministro Funaro. Mas, o assessor econômico Luis Gonzaga Belluzzo viajará esta semana a Argentina para participar do encontro de Cartagena, dos países devedores, justamente no momento em que o presidente do Banco Central dos Estados Unidos, Paul Vocker, visitará aquele país para traçar as diretrizes da aplicação do Plano Baker na Argentina, país que os assessores de Funaro consideram ser o novo modelo de ajustamento depois que o plano do FMI fracassou no México, antes considerado o país modelo do Fundo.

O pacote econômico do Governo compreende três etapas. O pacote fiscal será encaminhado ao Congresso; os cortes nos gastos públicos será decidido por decreto (o Governo pretende cortar Cr\$ 22 trilhões nos gastos da folha do funcionalismo da administração direta); e o programa de desestatização que será implementado por cada ministério responsável pela venda das empresas a eles ligados institucionalmente. O Ministério da Fazenda prevê que as discussões se prolongarão. Haverá, possivelmente, atrasos na sua aprovação e dificuldades serão criadas com o FMI e os bancos que serão solicitados a renegociar os créditos de curto prazo e os depósitos interbancários que vencem no próximo 17 de janeiro. O ministro Dilson Funaro poderá discutir em Washington com as autoridades norte-americanas os limites que enfrentará o Governo internamente após sair de uma eleição que determinou novas correlações de forças políticas no país e que impedem um plano de austeridade a la FMI.

AS CONTAS DO PACOTE

PACOTE FISCAL

SALARIO

- isenção para até cinco salários mínimos
- redução de 25% no IR-fonte de cinco a 10 mínimos
- manutenção da alíquota atual para a faixa de 10 a 30 salários mínimos
- aumento da alíquota para salários acima de 40 mínimos

2 — SISTEMA FINANCEIRO

- redução da retenção de 20 para 3 dias do imposto recolhido pelos bancos
- taxação do open pelo IOF
- taxação sobre mercado de ações a futuro, a termo e de opções

3 — EMPRESAS

- criação de fundo de investimento com cobrança de tributos para coibir especulação
- declaração semestral de renda (indefinido)
- cobrança da cota de Previdência conforme o lucro

PACOTE SOCIAL

1 — MERENDA ESCOLAR

- garantida durante 180 dias ao ano

2 — PROGRAMA DO LEITE

- alimentação da criança de zero a seis de idade

3 — OBRAS PÚBLICAS

- investimentos na infra-estrutura urbana
- construção de moradias populares
- construção de estradas vicinais

DEFÍCIT PÚBLICO

deficit orçamentário previsto

Como cobri-lo

- 1 — aumento da arrecadação

- 2 — fluxo de caixa (float)

- 3 — juros

- 4 — títulos em mãos das autoridades monetárias

Total

Déficit a ser coberto por emissões e títulos

Cr\$ 211 trilhões

Cr\$ 50 trilhões

Cr\$ 40 trilhões

Cr\$ 20 trilhões

Cr\$ 30 trilhões

Cr\$ 140 trilhões

Cr\$ 70 trilhões